



DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO
DE PROCESSO LEGISLATIVO
Folha nº:
Matricula:
Rubrica:

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por objetivo a **alteração do zoneamento para** promover a regularização urbanística e fundiária de uma área localizada na **Rua Engenheiro Moura Neves**, inserida no **Loteamento Guarujá Mirim**, no **Bairro Grama**, a qual será classificada como **Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)**, em conformidade com as diretrizes do Plano Diretor do Município de Juiz de Fora.

O Plano Diretor Participativo de Juiz de Fora - PDP/JF - Lei Complementar nº 82/2018 - estrutura a política de planejamento do município e determina instrumentos para a gestão do uso, parcelamento e ocupação do solo com vistas à inclusão social, ao ordenamento territorial e à garantia de direitos urbanos. A classificação da área como ZEIS está prevista entre os instrumentos de política fundiária/urbana que o Município pode utilizar para corrigir áreas historicamente ocupadas de forma irregular e promover a regularização fundiária com interesse social. Dessa forma, a proposição respeita o escopo normativo do Plano Diretor e seus objetivos de promover desenvolvimento urbano sustentável e inclusão socioespacial.

Como dito, a medida está em consonância com os instrumentos e objetivos do PDP/JF, que instituiu a política municipal de desenvolvimento urbano e territorial e previu mecanismos de intervenção para promoção da função social da cidade e do solo urbano e visa atender a uma antiga reivindicação dos moradores da região, que há décadas residem no local sem o devido reconhecimento legal do parcelamento e, consequentemente, sem acesso pleno aos serviços públicos essenciais, tais como abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, pavimentação, iluminação pública, mobilidade, transporte público e coleta regular de resíduos sólidos.

A inclusão da referida área como ZEIS permitirá ao Poder Público planejar e executar a regularização ordenada da ocupação existente, por meio da Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S), garantindo moradia digna aos atuais ocupantes e segurança jurídica aos proprietários e possuidores, além de viabilizar investimentos em infraestrutura urbana, com a melhoria das condições de habitabilidade e salubridade ambiental.

Sob o ponto de vista econômico e social, a medida também contribuirá para o **incremento** da arrecadação municipal, uma vez que os imóveis regularizados passam a ser devidamente cadastrados, possibilitando a cobrança equitativa do **IPTU** e demais tributos, bem como para o aumento da segurança pública e da valorização urbana de todo o entorno.

Do ponto de vista jurídico, a proposição encontra respaldo na **Constituição Federal**, que em seu **artigo 30**, **inciso I**, confere aos Municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local, e na **Constituição do Estado de Minas Gerais**, em seu **artigo 171**, **inciso I**, **alínea** "b", que reafirma tal competência ao tratar do **planejamento do uso**, **parcelamento e ocupação do solo urbano**, observadas as diretrizes do Plano Diretor.

Cumpre destacar, ainda, que o instrumento normativo ora proposto observa a exigência formal prevista no artigo 35, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, que estabelece ser matéria de lei complementar o parcelamento, ocupação e uso do solo urbano.

Dessa forma, a alteração proposta visa não apenas **corrigir uma defasagem urbanística histórica**, mas também **promover a inclusão social e territorial** de uma comunidade que há muito

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL A validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço www.camarajf.mg.gov.br/sal/verificador, código verificador: 153897

1/2





DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO
DE PROCESSO LEGISLATIVO
Folha nº:
Matricula:
- Kuorica:

tempo busca o reconhecimento de seu direito à cidade.

Ante o exposto, e considerando o **interesse público** e a **relevância social** da presente matéria, contamos com o apoio dos nobres pares para a **aprovação desta proposição**, que representa um avanço na política de habitação e desenvolvimento urbano do Município de Juiz de Fora.

Assim, diante das razões acima expostas, esperamos contar com o apoio dos Ilustres Edis que compõem esta Casa na aprovação desta proposição.

Palácio Barbosa Lima, 30 de outubro de 2025.

João Wagner de Siqueira Antoniol Vereador João Wagner Antoniol - MDB

Jan Wegen de G. Anter

